

MAIO - JULHO 1997



Roteiros

28. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



Belo grupo escultórico da SSma. Trindade do Século XV, esculpido em pedra de Ançã, provavelmente na oficina do Metre Pero de Coimbra e venerado na igreja de Santa Cruz do Castelo (Lisboa)

EDUCAR PARA A CIDADANIA (*)

PROF. DOUTOR ADRIANO MOREIRA



A questão da educação para o exercício da cidadania, que foi escolhida para tema inicial deste encontro promovido pelo Conselho Nacional da Educação, está evidentemente situada entre os mais desafiantes temas da crise do sistema educativo.

Talvez dela possa dizer-se, com maior propriedade do que a respeito

das muitas outras, que todos os seus termos de referência aparecem condicionados pela regra segundo a qual os factos se alteram em tempo social acelerado, e os conceitos operacionais se modificam em tempo social demorado.

Lembramos que o uso do conceito assentou também, entre várias razões, numa preferência ideológica contraposta, desde as Revoluções Americana e Francesa, à qualificação de súbdito, entendendo-se que a última implica uma submissão que aquele conceito rejeita.

A envolvida concepção de lealdade em relação a um Estado não abrangeu porém toda a população, e o seu conteúdo considerou-se vinculado à existência de uma Constituição que inclui uma enumeração dos direitos e garantias do cidadão.

Este conceito sempre consentiu na existência de grupos submetidos ao Estado, mas sem acesso à cidadania, como aconteceu designadamente com os escravos, com os aborígenes da América, e, menos agressivamente, com os estrangeiros residentes ainda que permanentemente.

Estávamos longe da cidade grega, mas não tão longe de Aristóteles, com o Estado soberano a imprimir um carácter atomístico à semanticamente chamada comunidade internacional.

Esta distância contribuiu para enriquecer o pluralismo conceitual que distingue por um lado os direitos cívicos (civil rights) que são inerentes à qualidade de cidadão, e que na literatura por vezes também são chamados liberdades cívicas (civil liberties), e por outro lado os direitos humanos que pertencem a todos e qualquer homem independentemente do lugar e condição de cidadania em que se encontre.

A pretensão dos Estados racional-normativos, cujas Constituições têm sempre uma declaração de direitos, liberdades e garantias, é a de concordância tendencial entre os direitos civis e os direitos do homem, mas movimentos chamados dos civil rights, que apareceram nos EUA, mostraram, ainda neste século, que não tinha desaparecido a necessidade de impôr o respeito efectivo dos direitos, liberdades e garantias previstas na Constituição, designadamente em relação aos negros. O Civil Rights Act de 1964 deu sentido à evolução a favor da autenticidade.

Não obstante a perspectiva mundialista e ecuménica que se traduziu na Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU (1948), o conceito e a realidade do Estado soberano, que dominaram a vida internacional até ao fim da segunda guerra mundial, sobreviveram no tempo social demorado, ensombrando a percepção de que a referência dos direitos do homem tendeu para ultrapassar a limitação conceitual dos direitos, liberdades e garantias, ligados à cidadania, à medida que as interdependências e dependências mundiais se consolidaram, e que o mundialismo se firma ao mesmo tempo como modelo observante e como realidade observada.

Para a realidade observada, tornou-se geral o conceito de aldeia global entendida como mundialização ecológica, do económico, e do político, o todo apelando para o que alguns chamam uma democracia avançada, por incertos que sejam as análises e pressupostos organizativos.

Talvez não seja ousado identificar a crise do Estado soberano como elemento essencial da nova conjuntura, o que significa estarem em causa áreas de intervenção dessa criatura, os seus limites espaciais de acção, as capacidades disponíveis, as lealdades dos indivíduos, os valores de referência, incluindo os que dizem respeito à cidadania, às formas que esta pode revestir e aos termos do respectivo exercício.

Pode filiar-se na mudança das estruturas mundiais, que definitivamente afectaram o papel do Estado soberano, o facto, que parece bem identificado, de os direitos do homem tenderem para ocupar a proeminência que pertencia aos direitos cívicos, no sentido de eliminar, ou ao menos de progressivamente esbater, a distinção entre uns e outros, com reflexos expressos em novos conceitos de cidadania, de sociedade civil, de liberdade de circulação e fixação de residência no mundo, de participação na gestão local e nacional, e, finalmente, na revisão da própria

(*) Proferido no debate organizado pelo Conselho Nacional da Educação, na sala do Senado da Assembleia da República, em 15-4-97.

enumeração dos direitos do homem, que enfrenta as exigências de reformulação inevitáveis em cada mudança importante da conjuntura.

Não parece difícil reconhecer que a década de oitenta, deste século a findar, foi marcada pela questão dos direitos do homem, os quais, como foi observado por Paul Thibaud, foram reconhecidos como referência básica das legitimidades políticas e sociais, apoiadas em movimentos políticos como a dissolução do sistema soviético, usando organizações como a da Amnistia Internacional, e movimentos humanitários como o da medicina sem fronteiras.

Isto ao mesmo tempo que a crítica do projecto da sociedade reconciliada, conduzida por Cornélius Castoriadis, alinhava as debilidades do marxismo do Estado, e que Paul Ricoeur remetia o conceito para o capítulo das utopias baseadas na suposição de que o poder político será alguma vez alheio a interesses e preconceitos.

Pelo menos no espaço ocidental, a velocidade da mudança concorreu para que os direitos do homem se perfilassem como o ponto de referência, e de partida, para ultrapassar os antagonismos de interesses e as ameaças de um poder político incontrolado, visando um pluralismo democrático solidamente apoiado no entendimento de que tais direitos do homem são oponíveis a qualquer regime e em qualquer lugar da terra.

Foi uma previsão de Norbert Elias, em cujos ensaios, escritos entre 1939 e 1987, sobre a sociedade dos indivíduos, antecipou que a interdependência entre o homem e a sociedade se tornaria planetária.

A velha referida temática da relação entre os direitos e liberdades cívicas, e os direitos do homem, ganhou novos contornos, muitos reconhecendo que findara a época em que os Estados soberanos monopolizavam as relações internacionais, substituindo por um modelo de world politics paradigm o antigo state centre paradigm, para usar a linguagem de Nye e O'Keohane. Mas sobretudo tornou-se evidente, para observadores como Philip Jessup, Robert O'Keohane, Arnold Wolpers, Wilfred Jenks, que na sociedade internacional emergiam interesses que excedem o conceito clássico, e que se apoiam em relações estabelecidas entre homens e organizações sem limitações possíveis pelas barreiras estaduais.

A resistência da escola clássica, bem representada por Kennetz Waltz com a sua crítica ao que chamou o mito da interdependência, sustentando que o transnacionalismo não diminuiu a dominância do Estado, tem certamente alguma exactidão para potências do topo da hierarquia, mas parece mais corresponder àquele ponto do tempo tribulo em que inevitavelmente vivemos, e que representa a presença do que resta do passado em cada época de mudança.

Finalmente globalizada a estrutura mundial na sequência das revoluções científica e técnica, dos teatros estratégicos, do mercado transnacional, das comunicações, os conceitos de património comum da Humanidade

ao serviço do género humano sem distinções, encontram apoio na realidade de uma constituída sociedade civil mundial, contratual e exigente perante as velhas e múltiplas soberanias, criando voz própria nas organizações não governamentais de múltiplas espécies, empenhadas na prevenção e defesa do planeta terra, que é a casa comum dos homens.

Ao mesmo tempo que tardam os dividendos da paz esperados desde 1945, vão aparecendo novas e talvez utópicas propostas como a da União Federal do Atlântico Norte, de Clarence K. Streit, a da Constituição Mundial em que trabalharam os professores da Universidade de Chicago em 1945, ou do Movimento Mundial para o Governo Federal Mundial que se organizou no Luxemburgo em 1946.

Também começam a merecer mais do que uma distraída atenção, reflexões como a do visionário Robert Muller, ao elaborar uma ladaínia de lamentações em que anota a divisão do planeta em centenas de fragmentos territoriais sem qualquer lógica geográfica, ecológica, ou humana, cada fragmento proclamando-se como mais importante do que o planeta ou o resto da humanidade; a reforçar o armamento de cada um deles para defender a sua integridade, ou acrescentar o seu espaço; condenando a acção dos cientistas, industriais, construtores, economistas, militares, que vão destruindo os recursos fundamentais, não renováveis, do novo planeta.

Trata-se de enunciar as disfunções do Estado soberano como modelo geral de organização política, de reconhecer o desafio que tende para ser resolvido fazendo coincidir os clássicos direitos cívicos enumerados nas Constituições nacionais com a definição dos Direitos do Homem, de concluir por alongar a lista destes últimos direitos em função da evolução do globalismo estrutural.

Por isso se fala no direito individual à paz, porque este não deve ser o privilégio de poucos, deve ser a condição de todos; para isso se sustenta o direito individual de exigir um planeta desarmado, começando por se dirigir ao seu governo; o direito de ver os seus governos a

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

de Adriano Moreira

*

Adquira e leia o 1.º livro escrito em Portugal sobre Ciência Política

*

Peça o seu exemplar ao Instituto D. João de Castro

Rua D. Francisco de Almeida, 49 — 1400 LISBOA
Telef.: 302 17 28

cumprir os tratados e o direito internacional, designadamente com o corolário do direito de recorrer à intervenção da comunidade internacional contra a violação da regra; o direito a uma educação global que elimine a programação para a xenofobia, para a agressividade, para o interesse armado; e por isso o direito a uma informação objectiva e global para cada um poder exercer a intervenção democrática que lhe incumbe; e finalmente o "direito a uma cidadania mundial e governação do mundo", no exercício do direito igual de todos os seres vivos ao seu planeta, lembrando Muller as conhecidas palavras de Benjamin Franklin: "Deus permita que não apenas o amor da liberdade, mas também o conhecimento dos direitos do homem impregnem todos os países do mundo, de modo que um filósofo possa descolar-se para qualquer lugar e dizer que está no seu país".

O Estado soberano, perante este ambiente do globalismo, perde competências pelas cúpulas a favor de organizações supra-estaduais, perde capacidades efectivas na relação entre objectivos e meios, cede à divisão interna de poderes a favor de autonomias territoriais de variada espécie.

A sociedade civil é transnacional, multiplica as fidelidades horizontais pelo contratualismo, cria instrumentos próprios para exercer uma voz autónoma e independente em relação às soberanias que se debilitam, vai enriquecendo a experiência com o método das conferências mundiais, desde a Cimeira da Terra do Rio de Janeiro, à Conferência de Pequim, onde foi a sociedade civil mundial, e não as soberanias, que ousou falar claro.

Talvez não seja audacioso entender que estamos perante a exigência do reconhecimento de uma cidadania mundial, que coincide com a definição mundial dos direitos do homem, que mais se exerce no ambiente da sociedade civil mundializada do que em relação às soberanias envolvidas e limitadas por este novo tribunal da opinião pública mundial para o qual o Presidente Willson pensou equivocadamente, em 1919, que já podia apelar a favor da paz, e que encontrou na falta dela a variável que sobretudo lhe dinamizou a complexidade e a consistência.

O ensino para a mundialização, para a intervenção responsável e individual no processo dessa sociedade civil, para enfrentar o passivo da nova condição do planeta, é um desafio incontornável da tal cidadania emergente: o crescimento demográfico, a degradação dos recursos não renováveis, a ameaça à biodiversidade, a miséria de parte da humanidade, a recusa de voz a povos mudos do mundo como os curdos, o tratamento de povos como dispensáveis reservado às vítimas do genocídio como os ibos e os timorenses, tudo exige uma resposta do processo educativo, do qual a aldeia global é uma responsabilidade.

Não parece coerente admitir geralmente a validade deste cenário, para negar que no espaço europeu, onde esteve sediado por séculos o governo do mundo, também o Estado soberano está em crise, também a organização de um grande espaço, novo patamar intermédio entre o modelo estadual e a globalidade, exige revisão dos concei-

tos dependentes do tempo social demorado para racionalizar a mudança das estruturas feita em tempo social acelerado.

A segunda guerra mundial destruiu o sistema euro-mundista e, com ele, os pressupostos da soberania absoluta e suficiente. Ainda que sem plano, os grandes espaços multiplicam-se, alterando completamente a primeira e essencial referência da soberania e da cidadania, que é a fronteira, sagrada pela escala de valores históricos e patrióticos. Portugal tem disso uma experiência sem equivalente, porque a mesma geração viveu pelo menos três realidades: a das fronteiras imperiais que, até à década de sessenta, eram todas com soberanias ocidentais, com excepção do então irrelevante caso de Macau; depois, a descolonização deu-lhe por fronteiras novos países que nenhum deles pertencia à área ocidental, mudando radicalmente a definição da vizinhança; finalmente, depois de 1974 ficou com uma só fronteira geográfica, esta europeia.

Mas aconteceu-lhe que a fronteira ao mesmo tempo se foi multiplicando, num processo sustentado que vinha de antes, e que teve que ver com os grandes espaços. Deste modo, a fronteira de segurança passou a não coincidir com a geográfica, porque é a da NATO em longuras mal sabidas pelo contingente de conscritos; a fronteira económica transferiu-se para as comunidades europeias, submetendo a economia interna a constrangimentos que não controla; a nova fronteira política anda a ser redefinida na SIG-Conferência intergovernamental de 1996, e a fronteira cultural teve um primeiro ensaio de fixação com o Tratado que instituiu a Comunidade de Estados de Língua Portuguesa.

Nunca foi tão evidente o facto de que o sistema, a que o país pertence, ultrapassa em muitas direcções o regime constitucional, entendido este como a dimensão da capacidade de regência de uma arte apenas do sistema.

Na sociedade civil que preenche o espaço europeu, tão recortado por fronteiras várias, vive uma exigência histórica dirigida ao sistema de ensino, e que se traduz em conseguir que os Estados europeus deixem de ser inimigos íntimos, para se transformarem em parceiros: o que implica que, dos quatro pilares da educação, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e aprender a ser, os dois últimos apontam especiais exigências.

Educar para a unidade mundial, reduzindo a distância entre países ricos e geografia da fome, eliminando as ameaças inerentes, exige a capacidade de educar para o pluralismo do grande espaço, neste caso Europeu, e ensinar para a salvaguarda das identidades mesmo que se agrave a crise do Estado soberano. Porque a crise deste não é o mesmo que a crise do Estado nacional, não são as nações que estão em crise, o Estado é uma forma contingente de servir as comunidades, e terá de adaptar-se aos constrangimentos do processo globalizante em curso, para defesa apropriada das identidades nacionais, incluindo as outras Europas às quais a história negou voz, salvaguar-

dando a igual dignidade de todas contra as ameaças tradicionais de uma hierarquia de poderes políticos.

O conceito de cidadania europeia, antes de ter uma expressão normativa moldada em função do institucionalismo da União, é uma versão da cidadania mundial, uma regionalização apropriada da Declaração Universal dos Direitos do Homem, uma participação activa na sociedade civil internacionalizada, algumas vezes surpreendida por uma política furtiva de executivos.

A maior parte dos Estados, ainda os que não são nações, tiveram a ambição da homogeneidade cultural, e algumas vezes a supuzeram pelo método de alienar minorias. Mas a livre circulação pelo mundo, no exercício do direito básico de estar, de andar, e de ir de um lugar para o outro, multiplicou as minorias étnico-culturais, ao mesmo tempo que o avanço na concepção das várias cidadanias vai derogando antigos conceitos excluentes, defensores do jus sanguinis, por vezes nacionalistas, algumas vezes xenofobos e violentos. As categorias estão em mudança, e recentemente Thomas Hammar falou no Denizen type como realidade situada entre o cidadão e o estrangeiro, um compromisso que vai respondendo às chamadas colónias interiores que as imigrações vão criando, sobretudo por causa do mercado de trabalho.

Os postulados de uma cultura homogénea da população do Estado estão postos em causa, países que foram nações são hoje multiculturais, e a educação deste fim de século não o pode ignorar.

As responsabilidades do aparelho educativo são hoje desafiadas não por uma ordem mundial estabilizada, por unidades políticas consolidadas, por um sistema observante racionalizado, ou por um sistema observado de estrutura sabida, antes acontece que da nova ordem apenas sabe que acabou a antiga, do Estado soberano tem notícia que está em crise, do globalismo vai recebendo manifestações desintegradas, das dependências e interdependências mundiais sabe que foram desencadeadas mas não as sistematiza. De tudo resulta que se, pela lição de muitos como Theillard de Chardin, Robert Muller, Simon Weil, Mortime Adler, o mundialismo é uma perspectiva que domina toda a problemática, o desagregar das estruturas aponta mais uma vez para o homem Kantiano como valor supremo, que procura encontrar nos grandes espaços o amparo político.

Foi esta percepção que orientou o europeísmo de pensadores como Jacques Maritain, François Perroux, Denis de Rougemont, e sobretudo o muito esquecido Richard de Coudenhove-Kalergi, iluminando a decisão de Jean Monnet, Robert Shuman, De Gasperi, Adenauer.

No entanto, os conceitos de Estado, de cidadão, de soberania, de direitos do homem, de federalismo, de jurisdição interna, de comunidade internacional, de sociedade civil, de paz e de guerra, ainda quando se mantiveram em circulação, foi apoiando uma pluralidade de equívocos. O aparelho do ensino, desamparado dos apoios institucionais seculares, foi somando alguma aprendizagem: aprendeu que a suficiência do Estado soberano, que

eliminou a tradição medieval da livre circulação de professores e estudantes, tem de ser substituída pelo regresso à internacionalização dos padrões, às solidariedades científicas sem fronteiras, à comunhão nos projectos e nos resultados; a função de serviço à comunidade fez-lhe encontrar a problemática da cidadania global, antes tema de utopistas com tradução na Declaração dos Direitos do Homem, e grande incerteza quanto à metodologia da intervenção; nesta incerteza avulta o desafio para lidar com realidades novas como são a sociedade civil transnacional, as fidelidades horizontais que defrontam e afrontam os poderes clássicos; o patamar dos grandes espaços, que na antiga sede do governo do mundo se chama União Europeia, fá-lo deparar com a crise do Estado soberano, com a redefinição do conceito de fronteiras, com o alargamento do exercício do direito básico de ir pelo mundo, aproxima-o do multiculturalismo, da cidadania exercida em função da vizinhança e não da nacionalidade, da dialéctica entre o direito de emigrar e o direito de imigrar. Trata-se enfim de assumir uma perplexidade que nunca teve resposta satisfatória: aprender a viver juntos, numa terra única, conseguindo perceber com que finalidades, e o que fazer. É a participação activa nessa dinâmica de incertezas, que chamamos cidadania.

ADRIANO MOREIRA

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem da prática de uma relação emirada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

Lisboa - Al. Infante Santo, 21 - 1274 Rio - Tel.: 57 57 34 - Telex 12121 Gertal P Lisboa - 032 Lisboa
 Porto - Rua Gonçalo Sampaio, 192 - Tel.: 09 76 03 - Telex 21426 Gertal P Porto - 4100 Porto

PONTE PARA A UNIVERSIDADE (*)



1.^o Cumpre-me o grato dever de agradecer na pessoa do Senhor Director do Centro de Formação da Associação de Escolas da Guarda, o honroso convite para participar neste 1.^o Congresso da Associação tendo em conta o momento que vivemos na área da educação, problema este cuja solução interessa a toda a Comunidade Social. Ninguém pode desinteressar-se deste problema e todos devemos dar a nossa cota parte para a sua solução.

para a sua solução.

Congratulo-me e congratulo a Direcção do Centro pela escolha do tema: "Escola-Família e Comunidade", pois a Escola é a primeira a colaborar com a família ajudada pela Igreja na formação completa da criança, do adolescente, e do jovem enquanto membro duma Comunidade, que tem uma História e valores culturais, éticos e religiosos, que são os seus alicerces.

Cumpre-me como cidadão português e Professor cumprir o Senhor Ministro da Educação Eng. Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo por ter Professores e Professoras que se interessam pela solução dos graves problemas da Educação e que põem a sua inteligência e o seu tempo, para se encontrarem as melhores soluções para este grave problema da preparação da juventude escolar, que será a responsável da próxima geração e dos novos tempos que se aproximam a passos acelerados.

Dentro das minhas modestas possibilidades e após uma experiência de 58 anos, também desejo dar uma modesta colaboração para se encontrarem as melhores soluções de tantos e graves problemas desta grande área, que abrange 10 milhões que povoam esta faixa atlântica, que chamamos Portugal e que desejamos continue a colaborar na formação e na solução dos graves problemas desta Europa alargada a Leste.

2.^o A Lei n.º 46/86 Lei de Bases do Sistema Educativo de 14 de Outubro de 1986.

Tem-se feito uma crítica muito severa a esta lei e muito especialmente após a sua aplicação após 10 anos que decorreram de 1986 a 1996. De facto, os frutos desses 10 anos nem sempre foram saborosos e animadores.

Permito-me porém, destacar a afirmação bem clara, que o Sistema Educativo não é exclusivo e monopólio do Estado, tendo sido garantido o direito de criação de Escolas particulares e Corporativas, contribuindo para a defesa da cultura e da identidade nacional, reforçar a matriz histórica da nação, defendendo o património cultural português no quadro da tradição universitária europeia.

Estes princípios são de aceitar e louvar e merecem a colaboração de todas as nossas escolas e Instituições culturais.

Mas da teoria à prática existiu uma grande distância. Os livros de texto de História, Português e Filosofia nem sempre se ajustaram a estes objectivos.

3.^o O Senhor Ministro da Educação no encontro com os jornalistas no passado dia 17 de Janeiro, entre outros pontos importantes, desejo destacar dois:

a) O alargamento, a dignificação da educação da criança dos 3 aos 6 anos, convidando todas as forças educativas do país a colaborar na solução deste problema, cada vez mais agudo, tendo em conta, o problema da maioria das mães terem que trabalhar para ajudarem a resolver o problema financeiro da família, visto o salário do pai em muitos casos, não cobre as necessidades do agregado familiar.

Parece-me no entanto, que as 40 horas semanais, não cobrem o horário de trabalho de muitas mães. Posso afirmar que o Jardim Infantil do Centro de Apoio à Juventude João Paulo II faz uma cobertura das 7,30 às 19,30, 12 horas diárias, tendo em conta o problema do horário de trabalho das mães e as dificuldades de transportes em Lisboa. O Centro de Apoio à Juventude João Paulo II é uma instituição católica de carácter social e reconhecida pelo Estado de Utilidade Pública.

b) Outro ponto importante é o de "confiar" na Universidade e nas Escolas Superiores, devolvendo a estas Instituições a seleção dos seus candidatos e os sistemas de admissão.

É evidente, que a responsabilidade é grande, mas também é verdade que a dignidade da Universidade merece essa confiança da parte do Ministério, pois durante séculos existiram as Universidades, sem existirem os Ministérios, e criaram organismos para seleccionar os seus candidatos a "Doutores".

A confiança nas instituições cria a responsabilidade e favorece um melhor funcionamento das mesmas.

Esta decisão do Senhor Ministro da Educação, certamente obrigará as Universidades a responderem com um melhor funcionamento para uma melhor formação dos alunos que seleccionam.

RESUMINDO

Podemos afirmar que nestes últimos 20 anos começando pelo ano do Serviço Cívico, seguido pela P.G.A. pelo Ano Propedêutico e pelos exames nacionais do 12.^o ano, os resultados não os podemos considerar bons, julgo que a experiência catastrófica e negativa foi a de 1996, a dar crédito, às estatísticas publicadas.

O maior desastre foi na Matemática, devido em grande parte a que só 5% dos Professores do 2.^o Ciclo, é que têm a habilitação devida, faltando a muitos a preparação pedagógica, pois são recrutados das instituições técnicas e uma coisa é saber Matemática e outra é saber transmitir e interessar os alunos no estudo das Matemáticas.

E chegamos ao ponto fulcral desta minha modesta comunicação.

4.^o Como resolver este grave problema da passagem do 12.^o ano para os Cursos Superiores e Universitários.

(*) P.^o Joaquim António de Aguiar, Fundador do Colégio Universitário Pio XII de Lisboa e Professor há 59 anos. — (Guarda 1/3/1997)

O 12.º Ano por um lado, é um ano terminal com diploma e que deveria preparar o estudante para duas alternativas:

- a) Para a vida profissional e
- b) para o ingresso nos Cursos Superiores e Universitário.

Analise a 1.ª alternativa, a de finalizar os estudos e começar a trabalhar como empregado.

Em relação a esta 1.ª hipótese, o estudante não sai da Escola devidamente preparado para a vida profissional e de aí a dificuldade de encontrar emprego adequado a 12 anos de estudo e com 18 anos de idade.

Acresce ainda uma outra dificuldade de carácter económico-financeiro.

A U.E. está passando uma grave crise financeira, que tem como um dos reflexos, 20 milhões de desempregados; essa mesma crise também se reflecte em Portugal com o mesmo efeito do desemprego, que tem aumentado. Neste momento temos 18000 formados em Direito sem trabalho.

c) Interessa-nos imenso a 2.ª hipótese do estudante com o 12.º ano terminado, poder entrar num curso Superior ou Universitário, seguindo a sua preparação e vocação.

Pergunta-se: o Curso Secundário dá uma boa preparação para o estudante matricular-se na Universidade ou no Ensino Superior?

Usando uma metáfora, existe uma ponte segura, que permita ao estudante passar com segurança da margem do Secundário, para a outra margem do ensino Superior ou Universitário?

O meu parecer é que de facto essa ponte não existe.

Poderíamos pôr o problema usando outra metáfora: nos grandes palácios, Catedrais, Museus, etc., existe um "Vestíbulo" com uma série de indicações para entrarmos e visitar-

mos esses monumentos e termos uma ideia do que vamos ver ou estudar.

A minha experiência, pelo contacto permanente com jovens universitários, me diz e confirma, que ao jovem estudante do 1.º ano da Universidade faltam-lhe conhecimentos indispensáveis para entrar na Universidade, o que quer dizer, que o 12.º ano deveria ser reformulado e que servisse de "vestíbulo" para saber onde se encontra, ao frequentar o 1.º ano da Universidade.

No meu ponto de vista, o 12.º ano deveria ser organizado com os dois objectivos que lhe estão subjacentes.

Em 1985 quando existia o ano Propedêutico com apenas 3 disciplinas com 12 tempos semanais, surgiu o Instituto Pré-Universitário Internacional cuja Direcção estruturou praticamente um Curso Vestibular com 25 tempos semanais, ou seja 5 horas diárias das 8,30 às 13,30 tendo como Cadeiras específicas: Itinerário histórico da U.E., Métodos de Estudo, Introdução à Universidade e Problemas Contemporâneos.

Este curso foi frequentado durante os 11 anos que funcionou por 1164 estudantes. A média de 1987 a 1995 foi de 12 valores, e no lectivo 1995-96 a média subiu para 13 valores.

Esta experiência terminou no ano lectivo 1995/96, tendo em conta a Lei de Bases, em que o 12.º ano foi inserido no Ciclo Secundário não permitindo a lei que funcionasse com independência o Ano Vestibular de preparação imediata para entrar na Universidade.

Julgo, que nos n.º 3 e 7 do Pacto Educativo para o Futuro, de Fevereiro de 1996, se pode vislumbrar uma saída quando se afirma: Reconhecer a diversidade de vias de ensino e formação sempre qualificantes, respeitando a sua especificidade, definindo princípios de equivalência geral, de certificação e promovendo modos de iteração entre vias de ensino regular e o ensino profissional.

Julgo que haveria vantagens para uma melhor preparação de ingresso na Universidade e um melhor aproveitamento no 12.º ano, pois uma das faltas mais graves com que o estudante chega à Universidade é a falta de Métodos de Estudo - o estudante não sabe estudar - e utilizando uma palavra escolar é "marrão".

Este problema de insucesso do 1.º Ano da Universidade devido a falta de preparação é geral nos países de Cultura de origem latina.

Como é do vosso conhecimento no p. ano escolar começará a ser aplicada a nova Reforma dos Estudos Universitários prometida por Chirac na sua campanha eleitoral.

O insucesso escolar nos 2 primeiros anos ronda nos 28% e uma das razões invocadas é a ignorância dos "Métodos de estudo do Curso que se deseja fazer".

A reforma baseia-se na adopção de cadeiras semestrais.

O 1.º semestre é comum a várias faculdades podendo o estudante escolher entre 8 opções.

Obrigatórias as cadeiras de Metodologia do trabalho universitário, que é o estudo, e o estudo das características dos diferentes cursos similares.

Este 1.º semestre é realmente um semestre "vestibular", pois o estudante ao fim deste semestre está preparado para escolher o Curso que melhor se adapte às suas qualidades, ao seu modo de ser e ao futuro trabalho profissional.

Não me refiro a outras características desta reforma francesa por não entrar no objectivo desta minha comunicação, mas permitam-me que vos comunique esta verdadeira novidade: o Estado pagará ao estudante uma mensalidade, que será proporcional às suas despesas de alojamento, e outras despesas de alimentação, etc.

Afirmaria que o Estado francês está a regressar à Idade Média em que os estudos, eram gratuitos e os estudantes tinham assegurado o alojamento nos Colégio Universitários



HOTEL ROMA

* * *

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

* * *

HOTEL SANTA MARIA
Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ
Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

cumprindo a Universidade as palavras do Evangelho que enumera entre as Obras de Misericórdia, dar de "comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede" entendendo por "comer ou beber" no sentido espiritual.

E para terminar, permito-me esperar que o Senhor Ministro da Educação sendo um homem inteligente com uma vontade de querer melhorar o sistema escolar, venha a reconhecer a necessidade da criação do "Ano Vestibular" para

aqueles que queiram seguir os Cursos Superiores e Universitários.

Muito obrigado pela atenção, que se dignaram dar a esta minha desalinhada "Comunicação".

Lisboa 1/3/97

Pe. Joaquim António de Aguiar

CARTA ABERTA

Ao Sr. Padre Joaquim António de Aguiar, Reitor do Colégio Pio XII

Nós, professores e estudantes da Universidade Clássica de São Petersburgo (Rússia), participantes do VIII Fórum Universitário de Estudos Europeus «São Petersburgo 97» consagrado, desta vez, à Segurança e Estabilidade na Rússia, vimos, por meio desta, expressar a nossa profunda satisfação pelo evento que, na nossa opinião, foi muito bem sucedido.

É emocionante e muito significativo quando jovens universitários de vários países da Europa reúnem-se para discutir assuntos que preocupam os nossos povos neste limiar do século, no momento em que o Continente vem sendo testemunha de incríveis transformações económicas e políticas, no momento quando os homens tentam traçar novos caminhos para uma Europa unida, próspera e pacífica, procuram soluções para problemas fronteiriços, étnicos e ecológicos.

Para os nossos alunos, participantes do Fórum, que pretendem consagrar a sua vida ao estudo e expansão do português na Rússia, foi uma excelente oportunidade para praticar a língua, para estabelecer contactos com seus colegas portugueses.

Queremos salientar o nosso especial agrado pelo magnífico domínio, da parte dos simpáticos jovens portugueses, espanhóis, tchecos e eslovacos, da realidade russa, dos graves problemas com que nos enfrentamos nos últimos anos.

É de máxima importância o convívio das nossas juventudes nos serões improvisados, nas visitas aos teatros e mu-

seus, nos passeios pela nossa cidade que, esperamos, tenha agradado aos nossos hóspedes. Em semelhantes ocasiões os jovens podem trocar ideias sobre o seu dia-a-dia, sobre as preocupações e alegrias condizentes com a sua idade.

Gostaríamos, em conclusão, de exprimir a nossa profunda admiração e especial reconhecimento ao Sr. Padre Joaquim António de Aguiar, alma motriz do evento em questão, homem cujo jovem coração e boa vontade, cujo longo e abnegado trabalho despertam na juventude, e não só, o desejo de trabalhar para o bem da humanidade, de deitar na terra sementes benéficas que um dia, sem dúvida nenhuma, hão-de dar maravilhosos frutos.

Professores do Departamento de português

Prof. A. M. Gach

Dr.^a I. A. Khokhlova

Prof. S. Kukhtine

Dr.^a G. K. Nicustroeva

Alunos-participantes do Fórum

B. Chteinlukht

K. Fedorov

E. Milakóvski

E. Pávlova

E. Poliakova

A. Sitnikova

São Petersburgo, Abril 1997



Pe. Aguiar e as crianças na Escola 303 de São Petersburgo

DE NOVO ALCAÑIZES

Alcañizes é uma pequena vila samorana que faz fronteira com Quintanilha uma das fronteiras portuguesas de Trás-os-Montes.

Alcañizes passou a História peninsular por se ter assinado na sua igreja românica, hoje profundamente transformada, restando algumas relíquias do velho tempo do século XII, o



Vista geral de Olivença

tratado entre o nosso rei D. Diniz e Afonso IV de Castela em 12 de Setembro de 1179 definido a fronteira entre Portugal e Castela. Castela recebeu Arroche Ayamonte e Portugal ficou com Olivença e região do Ribacoa com Sabugal, Castelo Melhor, Almeida e Castelo Rodrigo.

D. Diniz concedeu logo em 1229 foral a Olivença, que ficou a fazer parte do território nacional até 2 de Fevereiro de 1802 em que o General João Carafa por mandato do "Príncipe da Paz" Godoy, na "Guerra das Laranjas" perante a facto de não poder conquistar Elvas, mandou invadir e ocupar Olivença em nome de Carlos IV, infringindo o tratado de Alcañizes.

Carlos IV premiou o Príncipe da Paz, com o título de "Alteza Sereníssima" e ofereceu-lhe uma espada de "Honra" cravejada de diamantes e com a legenda em latim: "Lusitanorum inclyto dabelatori Emmanuel Godoy", que traduzido em português diz: "A Manuel Godoy ilustre vencedor dos Lusitanos".

A assinatura do tratado de Alcañizes foi comemorado com a presença do Rei de Espanha D. João Carlos e do nosso Presidente da República, visitando a igreja de Alcañizes e inaugurando uma lápide comemorativa.

A nossa imprensa que acompanhou os ilustres chefes de Estado recolheu algumas frases relativas ao facto.

O nosso Presidente afirmou a importância do Tratado de Alcañizes: "uma jornada histórica para o futuro das relações e da Cooperação entre Portugal e Espanha", ajuntando de sua lavra o jornalista do D.N., assim considerou Sampaio o momento em que foi estabelecido a paz entre os 2 reinos e defendidas as fronteiras que desde 1297 permaneceram intocáveis.

O Rei D. João Carlos por sua parte afirmou que a evocação do Tratado de Alcañizes "vem retificar não só, a riqueza e a fluidez dos laços que nos unem mas também a vontade de desenvolvê-los num clima de concertação e autêntica irmandade".

Para o Rei de Espanha o "Tratado de Alcañizes" que marcou um salto nas relações entre Portugal e Espanha, deve servir para projectar-nos cada vez mais lado a lado em direcção ao futuro".

O problema de Olivença está por resolver, apesar do Congresso de Viena de 9/VI/1815 reconhecer ser urgente a restituição de Olivença a Portugal como o meio mais eficaz para a reconciliação entre Portugal e Espanha recomendando que se faça com urgência.

No entanto já lá vão 182 anos sobre o Congresso de Viena.

Para Setembro está projectado um Congresso, provavelmente em Salamanca ou Zamora, para comemorar o Tratado de Alcañizes.

Certamente o problema de Olivença será tratado por alguns historiadores.

Esperemos que o problema seja tratado à luz da documentação existente e que a serenidade se imponha e que a seguir seja entregue o problema à Diplomacia dos dois países irmãos, que desejam comungar em comunhão de bens e em harmonia e que saberão encontrar os caminhos para que o problema se resolva em justiça, paz e harmonia fraterna.

Pe. Joaquim António de Aguiar

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar
António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e Imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Tel. e fax 346 47 20 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

PRESENÇA DA CULTURA PORTUGUESA EM S. PETERSBURGO

A EXTENSÃO DO VIII FORUM UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS EUROPEUS

É com grande "esperança" que recolho nesta página um pensamento da "Carta Aberta" publicada no n.º 4 do Boletim Informativo do VIII Forum Universitário de Estudos Europeus, realizado em St. Petersburgo de 20 a 28 de Março passado. Um grupo de Professores e Estudantes da Universidade de St. Petersburgo, após fazerem uma análise ao trabalho realizado; que é bom "deitar na terra sementes benéficas, que um dia, sem dúvida nenhuma hão-de dar maravilhosos frutos".

Este VIII Forum teve o condão de congregar estudantes de várias universidades: da Rússia, da República Checa, da Eslováquia, de Espanha e de Portugal e fazê-los pensar uma "Europa Nova", que deve ser construída com muito trabalho, com muita fé e com muita esperança por esta nova geração.

Protocolo assinado entre a Universidade Internacional e a Universidade Pedagógica de St. Petersburgo, o Centro Cultural Luso-Brasileiro, criado em Setembro de 1995 na Faculdade de Letras de S. Petersburgo, as 200 crianças que aprendem o nosso idioma na Escola Primária 303 da Cidade de S. Petersburgo, os estudantes da Cátedra de Português que vêm em Julho a frequentar o Curso de Verão da Faculdade de Letras de Lisboa, o Centro de Cultura Eslava, que querendo Deus, iniciará a sua actividade em Outubro, são razões suficientes para esperarmos um aumento substancial do conhecimento da nossa Cultura e da nossa história.

As sessões de abertura e de encerramento do VIII Forum tiveram o brilho da assinatura do Protocolo entre a Universidade Internacional e a Universidade Pedagógica para um intercâmbio de Professores e Estudantes e a imposição do



O Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, e as 3 Académicas, professoras da Cátedra de Português da Faculdade de Letras da Universidade de S. Petersburgo

Temos razões mais que suficientes, que a nossa Cultura e o nosso idioma vão ser mais conhecidos no "Mundo eslavo". A Cátedra de Português na Faculdade de Letras da Universidade de St. Petersburgo, as 3 Académicas e 1 Académico de Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o

Colar da Academia Internacional da Cultura Portuguesa a 3 Professoras Catedráticas da Faculdade de Letras e a 1 Professor Catedrático da Universidade Pedagógica, foram dois momentos de grande brilho académico do nosso VIII Forum Universitário de Estudos Europeus, passados na Salão Nobre

da Universidade Pedagógica e presididos, o 1.º pelo Senhor Vice-Reitor e o 2.º pelo Senhor reitor.

Porém o VIII Forum, não se limitou aos 80 participantes estudantes universitários, também se alargou aos 200 pequenos estudantes da Escola 303 de S. Petersburgo que estudam o nosso idioma, que cantam as nossas canções populares e folclóricas e que até dançam as nossas danças regionais.

O Presidente da Comissão Coordenadora do VIII Forum deslocou-se na tarde do dia 27 de Março, 5.ª feira Santa, à Escola 303 para entregar livros infantis e bonecos regionais à Direcção da Escola, para enriquecer a Sala dedicada a Portugal, que funciona como sala de leitura e pequeno museu de Cultura Portuguesa.

O Presidente da Comissão Coordenadora foi surpreendido com uma linda festa de contos, bailados e recitações de poesias portuguesas e por um pequeno teatro em português.

Linda tarde, onde a inocência das crianças, e a sua beleza nos falavam dum outro mundo, que eles vivem na escola e que talvez contrasta com o "mundo da cidade".

Belíssima tarde acarinhada por um sol radiante que se ocultava nas bandas do Ocidente, lembrando-nos a nossa "faixa atlântica".

A festa terminaria com um chá em que participaram as Senhoras Professoras, que com tanto carinho acompanham o desenvolvimento daquelas crianças. Ao sair da Escola e despedir-me da Senhora Directora e Professoras, prometi-lhes voltar, pois a saudade era grande. Oxalá possa cumprir a promessa feita. Vontade não me falta.

Lisboa, 13 de Junho

FESTA DE SANTO ANTÓNIO COM O MENINO AO COLO E PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

Pe. Joaquim António de Aguiar

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Europa em Formação — Adriano Moreira	2.500\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).

AGP

VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acpur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Tel. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acpur P — Fax 200 25 02



UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE

EMILIANO DA COSTA

O POETA DO ALGARVE E DO MUNDO

Falar de Augusto Emiliano da Costa é falar do Algarve, da sua natureza e da sua gente, da índole generosa, alegre e espontânea que caracteriza este povo que, ainda hoje, deixa no ar um aroma a figo, amêndoa e alfarroba..

Tudo isto coabita em Emiliano, na sua poesia ora simples ora complexa e ao mesmo tempo profundamente telúrica.

Nasceu em Tavira a 3 de Dezembro de 1884 (treze anos antes nascera Cândido Guerreiro), frequentou o então Liceu de Beja e prosseguiu os estudos em Coimbra, onde se licenciou em medicina em 1914. Foi residir para Estoi, tendo aí exercido e constituído o seu agregado familiar. Em 1954 reformou-se.

Era considerado pelos amigos como imensamente culto, por vezes simples e até humilde, outras irónico, de vida frugal e serena. Revelou-se um estudioso do ser humano e da natureza, desenhador hábil, apreciador de música e detentor de um delicado poder de observação. Cultivava o gosto pelo tradicional e sentia-se feliz no meio da gente simples e anónima, o seu povo algarvio. Também a ambiência biológica e botânica o preocupava, tentando encontrar para tudo uma explicação científica. A formação de palavras apaixonava-o, por isso se dedicava por vezes a criar novos vocábulos, de acordo com a preocupação temática do momento, a partir da junção de termos da linguagem médica, física ou química, com partículas gregas, latinas e até árabes.

De espírito eternamente jovem, Emiliano cultivava o gosto pela tertúlia. Era amigo de festas, de confraternizações entre homens das letras e das artes e mostrava-se sempre pronto para uma "bebedeirinha alegre" como ele próprio afirmava.

Cedo iniciou a carreira literária e em 4 de Junho de 1905 o soneto "Um coração" surge publicado em *A Voz Académica*, de Beja.

Seguiu-se a publicação de vários outros sonetos em jornais regionais, académicos e em muitos outros como o *Diário de Notícias*, assim como em numerosas revistas literárias e não só.

Em 1926 começam a publicar-se os volumes de versos do poeta: *Helianthos* - 1926, *Phlogistos* - 1931, *Rosairinha* - 1940, *As saudades do silêncio* - 1947, *Cromo-Sinfonias* - 1949, *Pampilhos* - 1949, *Concerto ao ar livre* - 1950, *Cânticos e toadas* - 1952, *Apontamentos* - 1954, *Poesias escolhidas* - 1956, *Asas* - 1957, *pinturescas* - 1959 e *Intimidade* - 1961.

Faleceu Emiliano da Costa em 1 de Janeiro de 1968, com oitenta e três anos, tendo sido sepultado em Estoi.

A casa do médico-poeta-pintor encontra-se hoje transformada quase num museu, onde se guardam religiosamente, pelas mãos carinhosas da antiga governanta, os esboços, as pinturas, a correspondência, as pequeninas agendas de papel bíblia onde rabiscava os poemas que lhe surgiam, os quadros

que lhe ofereciam e, na globalidade, todo o seu mundo de arte e de amor.

O Algarve prestou-lhe uma expressiva homenagem póstuma quando do primeiro centenário do seu nascimento, em Dezembro de 1984.

A ligação da arte (pintura e poesia) com a ciência tornou Emiliano da Costa um verdadeiro humanista e muito essencialmente um conhecedor do Algarve, enquanto terra e mar, sol e vida. Definilo não seria possível, no entanto alguém o tentou fazer, também poeticamente, João Braz Machado:

"Quem é este Pintor que anda a pintar
Com palavras, por sobre estranhas telas,
oiros de Sol e brancos de Luar
pondo o Algarve inteiro em Aguarelas?

Quem é este Cantor que vem cantando
em rimas ricas como pedras raras,
As lágrimas da chuva fecundando
O ventre sequioso das searas?

Quem anda nas aldeias, pelas eiras,
- nos olhos a avidez das maravilhas -,
a ver a graça ideal das montanheiras,
dos "balhos", fogarelas, carretilhas?

Quem na fruta de Pan, qual feiticeiro
canta as noites algentes, orvalhadas
de quando as amendoeciras, em Fevereiro
derramam neve em flor pelas estradas?

Quem é este algarvio, Alma Cimeira
que é no tanger da Lira, um novo orfeu
e a cantar vem vivendo a vida inteira
namorado da terra onde nasceu?

Di-lo talvez, feliz, quando, à tardinha
passeia com o Blé, num jetio ufano,
e começa a cantar, a Rosairinha:
... Emiliano.

E as velas dos moinhos, a girar
quando as impele o vento a todo o pano,
talvez queiram dizer, a assobiar:
... Emiliano.

E até o mar, que vem lá da lonjura
rolando o seu queixume quase humano,
talvez queira rezar cheio de ternura:
... Emiliano.

Ficamos com a sedução emiliana e com ela embarcamos na magia do Algarve.

Dra. Maria Gabriela de Sousa e Silva



O poeta Emiliano num retrato de Tassan